



DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Programa

(40 horas)

A - INTRODUÇÃO À DEONTOLOGIA

- 1.** A Deontologia Profissional: Noção e análise da Deontologia Profissional como elemento comum a outras profissões
- 2.** A Essencialidade da Deontologia na formação dos Advogados como condição da dignificação e defesa da Advocacia
- 3.** A Deontologia e o valor da confiança; a função social da Advocacia
- 4.** A Advocacia como profissão tutelada; o exercício privado de uma função pública

B - A DEONTOLOGIA

➤ B.1. - Noções Gerais

- A natureza jurídica das normas deontológicas
- A importância dos usos, costumes e tradições profissionais. Exemplos práticos
- A Deontologia como timbre da Advocacia. Os deveres gerais de conduta. A exigência de uma elevada consciência moral, o dever de integridade e o dever de probidade. Casos práticos
- O dever geral de correção e urbanidade. Situações concretas



➤ **B.2. - Formas e Sistemas Actuais do Exercício da Advocacia**

- Os grandes princípios estruturantes da Deontologia do Advogado: o princípio da independência e o interesse público no exercício da profissão; seus afloramentos no ordenamento deontológico
- As diversas “famílias” deontológicas: a advocacia pública, a advocacia livre e a advocacia colegiada. Tópicos fundamentais da evolução histórica da profissão à escala global e sedimentação da sua deontologia específica
- Caracterização em especial da advocacia colegiada. O sistema português
- Os Advogados no quadro legal vigente. Reflexo para a profissão e sua organização estatutária emergente da Lei nº 2/2013, de 10 de Janeiro (Lei das Associações Públicas Profissionais)
- A Deontologia Forense; o papel específico dos Advogados no quadro das profissões forenses

C - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA ADVOCACIA

- 1.** A Ordem dos Advogados: breve sùmula da sua origem, criação, desenvolvimento e natureza jurídica; estrutura territorial e orgânica; atribuições e competências; sistema eleitoral; regras fundamentais no plano da sua vida institucional, designadamente no domínio da tutela da legalidade
- 2.** Os principais Regulamentos Internos e o Código Deontológico dos Advogados Europeus (C.D.A.E.)
- 3.** Os deveres dos Advogados perante a Ordem dos Advogados



4. Breve apontamento sobre a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores; regime da previdência dos Advogados e seus principais benefícios

D - ESTATUTO PROFISSIONAL

➤ D.1. – Do Exercício da Advocacia

- A capacidade, a título pessoal, para o exercício da Advocacia; o dever de inscrição na Ordem dos Advogados; abordagem genérica à regulamentação das inscrições e ao modelo de estágio; condições da aquisição do estatuto pleno e título de Advogado
- A idoneidade no exercício da profissão. Processo especial de averiguação de inidoneidade
- Limitações no exercício da Advocacia durante o estágio
- A base contratual do exercício da Advocacia. Regime dos contratos de trabalho a celebrar por Advogados. Contratos de prestação de serviços e avenças. Questões práticas deontológicas que estes diversos regimes suscitam, designadamente na compatibilização do princípio da independência absoluta com o regime de trabalho subordinado
- Os actos próprios de Advocacia. A Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto de 2004. Procuradoria ilícita e responsabilidade criminal. Casos práticos
- A proibição de impedimentos à liberdade da prática de actos próprios da profissão
- Exercício da Advocacia em Portugal por estrangeiros e regras essenciais do direito de estabelecimento e de prestação de serviços de Advogados portugueses no estrangeiro



- Análise do artigo 104º do EOA sobre o regime legal da responsabilidade civil profissional dos Advogados; Os Advogados em regime de responsabilidade limitada; os seguros existentes e o seu regime
- Regime das especialidades
- Sociedades de Advogados. Regime legal. Análise participada das vantagens e desvantagens sobre a prática da actividade em sociedade na óptica dos jovens Advogados
- Regime das sociedades multidisciplinares, multiprofissionais e multinacionais
- Formas de cooperação internacional
- Incompatibilidades e impedimentos no exercício da Advocacia. Casos práticos
- O exercício irregular e o exercício ilegal da profissão e respectivas responsabilidades disciplinar e criminal. Análise através de situações concretas
- O princípio da escolha livre do Advogado pelo cliente e proibição da angariação de clientela. Exemplificação à luz de casos práticos
- Publicidade do Advogado. Regime legal e aspectos práticos
- A discussão pública de questões profissionais. A análise concreta da problemática na actualidade
- O traço profissional. Regras correntes



➤ **D.2. – O Regime das Garantias dos Advogados no Exercício da Profissão**

- As garantias como prerrogativas funcionais
- Garantias gerais e específicas
- O direito especial à informação. Informação vedada, reservada e livre. Casos práticos
- O regime legal de buscas e apreensões nos escritórios de Advogados
- O direito de comunicação com os réus presos. Regime legal e estatutário, evidência de situações concretas
- A liberdade de expressão no exercício da actividade e a relevância do instituto do direito/dever de protesto. Hipóteses concretas de elaboração de protestos
- A problemática das relações com as testemunhas
- Os mecanismos de intervenção institucional da Ordem na defesa dos direitos e prerrogativas funcionais dos Advogados
- Outras prerrogativas da Ordem e dos Advogados – O poder de autoridade e a fé pública

➤ **D.3. – Honorários**

- Razão da especificidade do regime remuneratório dos Advogados
- Os critérios legais de fixação de honorários. Ponderação à luz de casos práticos



- O regime do ajuste prévio de honorários
- As avenças
- O instituto da proibição da “quota litis” à luz do actual quadro do EOA. Casos práticos
- A repartição de honorários
- As tabelas de honorários
- A problemática das provisões de honorários e para despesas; consequências da falta de entrega de provisões razoáveis; direito à renúncia de mandato
- O dever de prestação de contas. O Regulamento dos Laudos de Honorários. Elaboração da conta. Exercícios práticos
- As garantias de boa cobrança do crédito de honorários. O exercício do direito de retenção sobre valores e documentos; casos práticos
- Os honorários no CDAE
- As acções de honorários. Cautelas a observar em face do dever de preservação do sigilo profissional

E - ESTATUTO DEONTOLÓGICO

➤ E.1. – O Interesse Público da Advocacia

- O primado da Justiça sobre o Direito



- Deveres dos Advogados para com a Comunidade. Casos práticos
- A participação dos Advogados no acesso ao Direito e à Justiça. Aspectos concretos do regime legal e regulamentar vigente com reflexo no nosso estatuto deontológico; exemplificação de situações concretas e modos de agir
- O papel dos Advogados no contributo ao combate ao branqueamento de capitais e a sua articulação com a defesa do segredo profissional

➤ E.2. – Relações dos Advogados com os seus Clientes

- A essencialidade da relação do Advogado com o Cliente na construção da sua deontologia profissional
- O princípio da confiança como suporte das relações com os Clientes
- As sequelas do princípio do interesse público no plano do mandato a desenvolver por Advogados
- A renúncia ao mandato e o pedido de escusa no patrocínio oficioso: procedimentos devidos, a justa causa, o critério da oportunidade e a preservação do sigilo profissional; a salvaguarda do dever de patrocínio imposto pela lei processual em caso de renúncia ao mandato
- A temática fundamental dos conflitos de interesse e seus corolários deontológicos. Abordagem com casos práticos
- Os deveres de disponibilidade e competência
- O dever de informação do cliente
- O dever de zelo e diligência no exercício do patrocínio



- O papel dos Advogados na harmonização dos conflitos. Casos práticos
- O dever de prestação de contas
- A proibição constante da alínea d) do n.º 1 do art.º 100º do Estatuto da Ordem dos Advogados
- Os fundos de clientes

➤ **E.3. – Relacionamento entre Advogados**

- Afloramentos dos deveres de urbanidade especial, lealdade, solidariedade e de segredo profissional
- Estudo com referência a casos concretos dos diversos deveres recíprocos estatutários, designadamente no plano da substituição no patrocínio. Casos práticos
- Regime especial do segredo profissional no domínio da correspondência entre Advogados. Casos práticos

➤ **E.4. – Relações com os Tribunais**

- O dever de lealdade, de correcção e colaboração, sem perda da dignidade e da independência perante as Magistraturas
- O direito de protesto: sua regulamentação e condições do seu exercício
- A acção pedagógica a desenvolver perante os clientes na dignificação da acção da Justiça



- O patrocínio contra Advogados e Magistrados. O dever de comunicação.
Casos práticos

F - SEGREDO PROFISSIONAL

- 1.** O segredo profissional como instituto autónomo. Os seus afloramentos na legislação e na regulamentação da O.A.
- 2.** Os princípios fundamentais subjacentes ao dever de sigilo
- 3.** A extensibilidade da obrigação aos colaboradores dos Advogados
- 4.** A sucessão na obrigação de sigilo
- 5.** O conteúdo da obrigação: análise das disposições estatutários que o definem. Casos práticos
- 6.** Os pressupostos da cessação da obrigação de segredo profissional
- 7.** O regime especial do levantamento do sigilo no processo penal. Situações concretas
- 8.** Afloramentos do segredo profissional em especial no domínio do direito probatório

G - RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

- Estudo das normas estatutárias e regulamentares fundamentais do regime disciplinar dos Advogados, com alusão a situações tratadas na jurisprudência da Ordem dos Advogados



CNEF

Comissão Nacional de Estágio e Formação



ORDEM DOS
ADVOGADOS

Notas Finais:

- O programa que antecede não constitui um roteiro obrigatório ou limitativo das matérias a abordar, mas apenas um índice geral que os senhores formadores podem utilizar com a necessária flexibilidade.
- Os senhores formadores deverão, sempre que tal seja possível e aplicável à matéria em estudo, servir-se de recursos pedagógicos interactivos, como a simulação de situações práticas.